

PROVA

PROCESSO DE ESCOLHA DE CONSELHEIROS TUTELARES — RIO DAS OSTRAS/RJ

Nome: _____ CPF: _____

Assinatura: _____

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO



- Só abra este caderno após ler todas as instruções e quando for autorizado pelos fiscais da sala

Antes de começar a fazer as provas:

- Preencha os dados pessoais.
- Autorizado o início da prova, verifique se este caderno contém 30 (trinta) questões. Se não estiver completo, exija outro do fiscal da sala.
- Todas as questões desta prova são de múltipla escolha e apresentam como resposta uma alternativa correta.
- Assinale a resposta de cada questão no corpo da prova e só depois transfira os resultados para a folha de respostas.

Na Folha de Respostas:

- Preencha os dados pessoais.
- Use somente caneta azul ou preta e aplique traços firmes dentro da área reservada à letra correspondente a cada resposta, conforme o modelo:

	A	B	C	D
00 -	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

- Só marque uma resposta para cada questão.
- Sua resposta NÃO será computada, se houver marcação de mais de uma alternativa.
- Não deixe nenhuma questão sem resposta.
- A Folha de Respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.
- Se a Comissão verificar que a resposta de uma questão é dúbia ou inexistente, a questão será posteriormente anulada e os pontos a ela correspondentes, distribuídos entre as demais.
- Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
- Não será permitido o uso de telefones celulares, bips, pagers, palm tops ou aparelhos semelhantes de comunicação e agendas eletrônicas, pelos candidatos, durante a realização das provas.
- A duração da prova é de 03h00 (três horas), portanto administre seu tempo.
- Você deverá aguardar o fiscal se aproximar para, então, entregar o Caderno de Provas e a Folha de Respostas.
- Você NÃO poderá levar consigo o Caderno de Provas.

Boa prova!

ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE (ECA)

01. Com base na Lei 8.069, de 1990, Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), não é uma Medida Pertinente aos Pais ou Responsável aplicada pelo Conselho Tutelar. Assinale a alternativa correta:

- A) orientação, apoio e acompanhamento temporários.
- B) a advertência.
- C) a suspensão ou a destituição do poder familiar.
- D) a obrigação de matricular o filho e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar.

02. Segundo o ECA, a colocação de criança e adolescente em acolhimento familiar é competência exclusiva: Assinale a alternativa correta:

- A) do(a) Promotor(a) de Justiça.
- B) da Autoridade Judiciária.
- C) do(a) Conselheiro(a) Tutelar.
- D) do(a) Conselheiro(a) de Direitos do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

03. Qual é a doutrina descrita nas disposições preliminares da Lei 8.069, de 1990, Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). Assinale a alternativa correta:

- A) Doutrina da proteção integral.
- B) Doutrina da situação regular.
- C) Doutrina mista universalista.
- D) Doutrina Trump.

04. Segundo o ECA, a criança e adolescente, quanto à sua condição. Assinale a alternativa correta:

- A) sem titularidade de direitos.
- B) possuem condição peculiar como pessoas em desenvolvimento.
- C) pessoas objetos da intervenção estatal.
- D) incapazes absolutos.

05. Segundo o ECA, a primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias e também a pre-cedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública são exemplos. Assinale a correta:

- A) de privilégios legais da infância e juventude.
- B) de garantia legal à prioridade absoluta da criança e adolescente.
- C) de tratamento desigual as pessoas no Brasil
- D) de direitos da criança e adolescente apenas se portadores de deficiência intelectual.

06. Tereza completará 12 anos só em dezembro de 2023. Pelo ECA, ela ainda é: Assinale a alternativa correta:

- A) uma criança.
- B) uma jovem.
- C) uma adolescente.
- D) uma autora de ato infracional.

07. O ECA revogou, de modo expresso, qual lei que o antecedeu. Assinale a alternativa correta:

- A) o Código Penal.
- B) o Código das Famílias.
- C) o Código de Menores.
- D) o Código Civil.

08. É atribuição do Conselho Tutelar prevista no ECA. Assinale a alternativa correta:

- A) requisitar serviços públicos nas áreas da saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.
- B) promover a colocação em família substituta.
- C) aplicar medidas socioeducativas à criança autora de ato infracional.
- D) lavrar termo de responsabilidade e guarda aos avôs, avós tios, tias.

09. Segundo regras constantes do ECA, não é uma medida socioeducativa. Assinale a alternativa correta:

- A) a medida de afastamento do agressor da moradia comum.
- B) a medida de liberdade assistida.
- C) a medida de inserção em regime de semiliberdade.
- D) a medida de internação em estabelecimento educacional.

10. O ECA considera ato infracional a conduta: Assinale a alternativa correta:

- A) a descrita apenas como crime.
- B) a descrita como crime ou contravenção penal.
- C) a descrita como mera violação de direitos.
- D) a descrita apenas como contravenção penal.

11. Ainda sobre o ato infracional, assinale a alternativa incorreta:

- A) ato infracional praticado por criança corresponderão as medidas de proteção.
- B) é atribuição do conselho tutelar atender o adolescente autor de ato infracional.
- C) para os efeitos do ECA deve ser considerada a idade do adolescente à data do fato.
- D) caso cometido, nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal.

12. Segundo o ECA, é medida de proteção da atribuição do Conselho Tutelar aplicável à criança e adolescente. Assinale a alternativa correta:

- A) obrigação de reparar o dano.
- B) colocação em família substituta.
- C) inclusão em programa de acolhimento familiar.
- D) inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.

13. Quanto às regras do poder familiar constantes do ECA, assinale a alternativa incorreta:

- A) a carência de recursos materiais constitui motivo justo para a perda do poder familiar.
- B) será exercido em igualdade de condições tanto pelo pai como pela mãe.
- C) os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos.
- D) a destituição ou suspensão, como medidas pertinentes aos pais ou responsável, é competência da autoridade judiciária.

14. Pelo ECA, não é garantido ao conselheiro(a) tutelar: Assinale a alternativa correta:

- A) licença-maternidade.
- B) licença-paternidade.
- C) gratificação natalina.
- D) descanso semanal remunerado.

15. Segundo o ECA, o exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá: Assinale a alternativa correta.

- A) serviço privado relevante e presunção de idoneidade moral.
- B) serviço público relevante sem presunção de idoneidade moral.
- C) serviço público relevante e presunção de idoneidade moral.
- D) serviço privado sem presunção de idoneidade moral.

16. Pelo ECA, no que se refere às regras aplicáveis ao Conselho Tutelar. Assinale a alternativa correta:

- A) é órgão municipal temporário, por mandato trienal para função jurisdicional.
- B) é composto por 7 (sete) membros titulares indicados pelo poder público local.
- C) é órgão municipal encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no ECA.
- D) constitui serviço público relevante e garante o recebimento de horas extras sempre que realizadas.

17. Segundo o ECA, as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos forem ameaçados ou violados. Assinale a alternativa incorreta:

- A) por carência material da família natural.
- B) por ação ou omissão da sociedade ou do Estado.
- C) por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável.
- D) em razão de sua conduta.

18. Como casal, Tereza com 18 anos, viajou com seu namorado, Luis de 17 anos, para a cidade do Rio de Janeiro/RJ, onde pretendem ficar hospedados em um hotel, em Copacabana. Pelas regras de prevenção especial do ECA, assinale a alternativa correta:

- A) Luis, obrigatoriamente, deverá portar autorização judicial tanto para viajar como para se hospedar junto à Teresa.
- B) Ambos podem viajar juntos e se hospedarem sem quaisquer restrições do ECA.
- C) Ambos podem viajar juntos, entretanto Luiz, para se hospedar, deverá ser autorizado pelos pais ou seu responsável.
- D) Tereza deverá ser a responsável legal de Luis para viajar com o namorado e ele deverá portar autorização judicial para se hospedar.

19. As deliberações do Conselho Tutelar podem ser revistas apenas: Assinale a alternativa correta:

- A) pelo conselho de direitos.
- B) pelo promotor(a).
- C) pelo prefeito(a).
- D) pela autoridade judiciária.

20. Sobre a natureza jurídica do Conselho Tutelar prevista no ECA, este Conselho é um órgão: Assinale a alternativa correta:

- A) autônomo, permanente, não jurisdicional e de controle de contas.
- B) autônomo, permanente e não jurisdicional.
- C) autônomo, permanente e jurisdicional com poder de juiz(a).
- D) estadual e não jurisdicional.

21. Pelo ECA não é diretriz da política da criança e adolescente prevista na Lei: Assinale a alternativa correta:

- A) educação especial e inclusiva de criança deficiente na rede municipal e regular de ensino.
- B) municipalização do atendimento.
- C) criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- D) manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

22. Sobre os princípios que regem a aplicação das medidas de proteção, assinale a alternativa correta, que descreve aquele denominado de “intervenção mínima”:

A) intervenção deve ser exercida exclusivamente pelas autoridades e instituições, cuja ação seja indispensável à efetiva promoção dos direitos e à proteção da criança e do adolescente.

B) a intervenção das autoridades competentes deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida.

C) a intervenção deve ser a necessária e adequada à situação de perigo em que a criança ou o adolescente se encontram, no momento em que a decisão é tomada.

D) a intervenção deve ser efetuada de modo que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o adolescente.

23. Segundo o ECA, qual a definição legal para “castigo físico”? Assinale a alternativa correta:

A) qualquer conduta ou ação punitiva que humilhe, ou ameace gravemente à criança ou ao adolescente com uso de força física que resulte em sofrimento físico ou lesão.

B) qualquer conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que lhe cause sofrimento físico ou lesão.

C) qualquer ação disciplinar, correccional e educativa no âmbito doméstico e sem uso de força física, sofrimento ou lesão.

D) ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente, que resulte em sofrimento físico ou lesão.

24. Segundo o ECA, qual das famílias abaixo citadas se enquadra no conceito legal de “família extensa ou ampliada”? Assinale a alternativa correta:

A) a composta pelo pai, mãe e seu único filho biológico, de 2 anos.

B) a composta apenas pela mãe viúva e seus dois filhos de 12 e 13 anos.

C) a composta pelo pai adotivo, com 40 anos, solteiro e seus filhos de 3 e 4 anos.

D) a composta entre irmãos, um de 19 e outro de 13 anos.

25. A opinião e expressão são aspectos de qual direito individual da criança e adolescente? Assinale a alternativa correta:

A) ao respeito.

B) à vida.

C) à educação.

D) à liberdade.

26. Com base no ECA e nas disposições específicas sobre as atribuições legais do Conselho Tutelar, analise as 4 (quatro) afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

1) adotar, na esfera de sua competência, ações articuladas e efetivas direcionadas à identificação da agressão, à agilidade no atendimento da criança e do adolescente vítima de violência doméstica e familiar e à responsabilização do agressor.

2) requisitar ao Ministério Público a propositura de ação cautelar de antecipação de produção de prova nas causas que envolvam violência contra a criança e o adolescente.

3) requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente.

4) representar à autoridade judicial para requerer a concessão de medida protetiva de urgência à criança ou ao adolescente, vítima ou testemunha de violência doméstica e familiar, bem como a revisão daquelas já concedidas.

A) todas estão corretas e são atribuições do Conselho Tutelar.

B) apenas a 1, 3 e 4 estão corretas e são atribuições do Conselho Tutelar.

C) apenas a 1 e 3 estão corretas e são atribuições do Conselho Tutelar.

D) apenas a 4 e 3 estão corretas e são atribuições do Conselho Tutelar.

27. Segundo as regras do ECA é incorreto dizer que:

A) qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão à criança e adolescente, será punida na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

B) é dever do poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal.

C) admite qualquer tipo de ação educativa, correccional e de caráter disciplinar, paterna, materna ou do(a) responsável legal, conforme as tradições, culturas, costumes e práticas familiares.

D) para a criança, autora de ato infraccional, será aplicada medida de proteção apenas pelo Conselho Tutelar, salvo as de acolhimento familiar, institucional ou de colocação em família substituta.

28. Nelson, 12 anos, é vítima reiterada do pai, Gerson, alcoolista contumaz, que devido a esse hábito torna-se extremamente violento em seu relacionamento com o filho. O menor já foi diversas vezes atendido pelo Conselho Tutelar (CT), com reiterados descumprimentos de medidas de proteção aplicada anteriormente. Com base na situação hipotética, considerando as regras do ECA sobre as atribuições do CT, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

1) A requisição de serviço público da Saúde para atendimento do pai e sua inclusão em programa oficial de tratamento para usuários de substância psicoativa (SPA), “drogas”, não é atribuição do CT e sim da autoridade judiciária quem possui o real poder jurisdiccional de ordenar tal serviço e aplicar tal medida de proteção de modo compulsório.

2) Em caso de qualquer violência doméstica contra o adolescente o CT deve representar apenas à autoridade judicial competente para requerer o afastamento do agressor do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima;

3) O CT, no desempenho de suas atribuições, mesmo se entender necessário e no caso violência física, não possui atribuição para o afastamento do convívio familiar e aplicação da medida de acolhimento institucional sendo esta medida exclusiva e da competência da autoridade judiciária.

4) Por soberana deliberação colegiada, poderá representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente violada em seu direito junto à família natural.

- A) Apenas 1, 3 e 4 estão certas.
- B) Apenas 1, 2 e 3 estão certas.
- C) Apenas 2, 3 e 4 estão certas.
- D) Apenas a 4 está certa.

29. Marisa, 13 anos, de modo espontâneo, compareceu ao Conselho Tutelar (CT) e em atendimento, relatou ser vítima de violência sexual perpetrada por seu padrasto e guardião legal. Também contou, sobre dois outros episódios anteriores, reportados à diretora da Escola de ensino fundamental onde estuda, sendo que não consta qualquer comunicação formal da escola ao CT. Com base na situação hipotética, considerando as regras do ECA assinale a alternativa correta:

A) Além da violação de direitos por ação do responsável legal há também fortes indícios de violação, por omissão de dever expresse no ECA, parte da diretora escola, configurando um possível crime tipificado no ECA, com pena de reclusão, e devendo o CT encaminhar ao Ministério Público ou à Autoridade Judiciária a notícia de fato que constitua infração penal contra o direito da adolescente.

B) Além da violação de direitos por ação do responsável legal há também fortes indícios de violação, por omissão de dever expresse no ECA, parte da diretora escola, configurando uma possível infração administrativa descrita no ECA, com pena de multa (salários de referência) e devendo o CT encaminhar ao Ministério Público a notícia de fato que constitua infração administrativa contra o direito da adolescente.

C) Além da violação de direitos por ação do responsável legal há também fortes indícios de violação, por omissão de dever expresse no ECA, parte da diretora escola, configurando uma possível infração administrativa descrita no ECA, com pena de multa (salários de referência) e devendo o CT encaminhar ao Ministério Público ou à Autoridade Policial a notícia de fato que constitua infração penal contra o direito da adolescente.

D) Além da violação de direitos por ação do responsável legal há também fortes indícios de violação, por omissão de dever expresse no ECA, parte da diretora escola, configurando um possível crime tipificado no ECA, com pena de reclusão, e devendo o CT encaminhar ao Ministério Público a notícia de fato que constitua infração penal contra o direito da adolescente.

30. Ricardo, Conselheiro Titular da Cidade, envolvido em um problemático divórcio, já sabido pelas demais Conselheiras, em uma noite de sua folga, foi parado na blitz do bafômetro. Visivelmente alcoolizado e cambaleando, conforme relato do boletim de ocorrência, divulgado na mídia do dia seguinte, negou-se a fazer o teste, mostrou sua identificação funcional, bateu boca com policiais, foi as vias de fato com um soldado e conseqüentemente foi encaminhado à delegacia. No dia seguinte ao do episódio, no jornal da cidade, estampado na página policial a seguinte notícia “Conselheiro Tutelar é preso dirigindo bêbado”. Com base na situação hipotética, considerando as regras do ECA, assinale a alternativa correta:

A) Como a função do Conselheiro constitui serviço público relevante há a presunção de idoneidade moral de modo que ele possui imunidade quanto às eventuais repercussões legais do episódio.

B) a idoneidade moral impõe conduta ilibada para o cargo de Conselheiro apenas no ambiente público e funcional, não refletindo em nenhuma responsabilidade legal, já que o caso ocorreu no âmbito privado e durante a folga dele.

C) a conduta, em tese, abalou significativamente a idoneidade moral do Conselheiro, pois é um dos requisitos da legais para ingressar no cargo, logo estará sujeito as outras implicações legais, ainda que previstas em outras normas que não o próprio ECA.

D) a conduta, em tese, abalou significativamente a idoneidade moral do Conselheiro, mas ainda que processado criminalmente, ser-lhe-á assegurado a prisão especial em caso de condenação por crime comum, como o em tese, por ele cometido.

EM BRANCO

